



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E GÊNERO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

MEDIATION OF INFORMATION AND GENDER: CONCEPTUAL APPROACHES

Gisele Rocha Côrtes – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão teórica a respeito da mediação da informação na interface com o conceito gênero. Nesse sentido, o trabalho está direcionado pela seguinte questão: Como a interface da mediação da informação com o conceito gênero contribui para a desnaturalização de assimetrias de gênero? Metodologicamente, trata-se de um artigo teórico, de natureza básica e do tipo exploratório, com abordagem qualitativa. As reflexões sinalizam as contribuições que a inclusão da categoria gênero, no campo da mediação da informação, contribui para transformar concepções essencialistas que legitimam as hierarquias de gênero. Dessa forma, os resultados apontam a potência da mediação da informação como *práxis* de resistência à opressão de gênero. Conclui sobre a importância de que tais concepções teóricas estejam presentes em políticas públicas no que concerne às ações em arquivos, bibliotecas, museus e demais equipamentos informacionais, assim como nos cursos formativos, de graduação e pós graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.

Palavras-chave: mediação da informação; gênero; Ciência da Informação, mulheres; feminismo.

Abstract: This article aims to present a theoretical discussion regarding the mediation of information in relation to the concept of gender. In this sense, the work is guided by the following question: How does the interface of information mediation with the concept of gender contribute to the deconstruction of gender asymmetries? Methodologically, this is a theoretical article of a basic nature and exploratory type, with a qualitative approach. The reflections highlight the contributions that the inclusion of the gender category in the field of information mediation provides in transforming essentialist conceptions that legitimize gender hierarchies. Thus, the results point to the potential of information mediation as a practice of resistance to gender oppression. The article concludes with the importance of incorporating such theoretical concepts into public policies regarding actions in archives, libraries, museums, and other informational facilities, as well as in training courses at both undergraduate and graduate levels in Archival Science, Library Science, Museology, and Information Science.

Keywords: information mediation; gender; Information Science; women; feminism.

1 INTRODUÇÃO

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Na Ciência da Informação (CI), a mediação tem sido foco de profissionais da informação, tanto do ponto de vista de reflexões teóricas, no campo do ensino e da pesquisa, quanto pelo delineamento de ações por parte de bibliotecárias/os, arquivistas e de museólogas/os¹ (Marteleto, 1995; Silva; Nunes; Cavalcante, 2018). A mediação se constitui numa dinâmica processual, é dinamizada na relação estabelecida entre a/o profissional da informação e a pessoa usuária nos (e com os) dispositivos socioculturais. Abrange pessoas e implica, sempre, em relações conflituosas por envolver interesses, acervos de vivências, conhecimentos distintos e o contexto sociocultural, segundo preconizam Raquel Santos, Ana Cláudia Sousa e Oswaldo Almeida Júnior (2021). Nesse processo, as/os pesquisadoras/es alertam para o fato de que a mediação implica em transformação, e é sempre realizada por um sujeito englogando, imprescindivelmente, “[...] um ‘terceiro’, que pode ser algo material e tangível, sons, imagens, linguagem.” (Santos; Sousa; Almeida Júnior, 2021, p. 344).

A mediação constitui uma ação intencional, contextualizada, histórica, política e social, consubstanciando uma relação viva, orgânica e dialética dos sujeitos com o mundo (Almeida Júnior, 2015) Dessa sorte, diante do fato de que, historicamente, a mediação da informação e as pessoas pesquisadoras do campo assumem uma postura posicionada, política e comprometida com o respeito às pessoas usuárias e à desestabilização de capitais simbólicos e culturais excludentes, postula-se que a mediação da informação é fundamental para a re(significação) das assimetrias de gênero e o avanço dos estudos de gênero.

Segundo o mais recente Índice Global de Disparidade de Gênero (2024), divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, serão necessários aproximadamente 134 anos para o alcance da paridade de gênero no que tange à participação econômica e política, ao nível educacional e à saúde (World Economic Forum, 2024). As desigualdades de gênero, com severos prejuízos às mulheres, cisgênero e transgênero, são sustentadas pela ordem patriarcal. No bojo desse diálogo, Silvia Federici (2017) exemplifica que o avanço e a consolidação do sistema capitalista-patriarcal, no ocidente, subjugaram e utilizaram o corpo das mulheres para se beneficiarem. O trabalho não remunerado das mulheres, o trabalho reprodutivo, as atividades do trabalho invisível, como o cuidado das pessoas, são produtores da força de trabalho, constituindo a base do sistema capitalista. Assim, considera-se que a mudança de

¹ Sueli Bortolin e João Santos Neto (2019) pontuam que os estudos a respeito da mediação foram historicamente delineados na Biblioteconomia, com gradativos avanços, nos últimos anos, na Arquivologia e na Museologia.

mentalidades e a geração de novos conhecimentos, sobre as relações de gênero, constituem elementos importantes para subverter a estrutura androcêntrica que produz desigualdades de poder. A (re)produção de gênero dinamiza-se por meio de símbolos culturalmente disponíveis e conceitos normativos. As significações construídas sobre o feminino e o masculino impactam no processo de construção das identidades subjetivas (Scott, 1995). Tais significações estão presentes também nas instituições sociais, na política, nas famílias, na comunidade intelectual e nas ambiências informacionais, como arquivos, bibliotecas e museus. Nesse sentido, postula-se que o arcabouço epistemológico e prático da mediação da informação, construído no campo da CI, é um campo fértil para potencializar os estudos de gênero e vice-versa. Com base nas reflexões apontadas, este trabalho guia-se pela seguinte questão: Como a interface da mediação da informação com o conceito gênero contribui para a desnaturalização de assimetrias de gênero? Para responder o questionamento, apresenta-se como objetivo realizar uma discussão teórica a respeito da mediação da informação e do conceito de gênero. Assim sendo, este estudo se justifica porque ainda são escassas as investigações, de cunho teórico, delineadas no escopo da interface entre mediação da informação e gênero. (Luciano, 2021; Pinheiro, Inomata, 2022). Este campo de pesquisa é importante para a mediação da informação e para os estudos de gênero, com vistas a potencializar a produção, a circulação de informação e a apropriação da informação, com a lente crítica de gênero, ou seja, pautada na desnaturalização e na subversão de opressões e masculinidades violentas.

Pessoas arquivistas, bibliotecárias, museólogas e cientistas da informação, por meio da mediação da informação, de seus saberes e fazeres, favorecem à apropriação da informação, movimentando campos simbólicos, sentidos e *práxis*. Constituem-se, assim, como agentes fundamentais para transformar a sua realidade e de pessoas que acessam e se apropriam da informação, desconstruindo verdades estabilizadas e naturalizadas, também pelos regimes de poder de gênero.

2 METODOLOGIA

No que se refere ao procedimento metodológico, trata-se de um artigo teórico, de natureza básica. Além disso, possui caráter bibliográfico e exploratório, com análise qualitativa da literatura científica. Realizou-se pesquisa exploratória com vistas à familiarização com os estudos desenvolvidos (Pinto; Cavalcante, 2015). A pesquisa

bibliográfica foi desenvolvida na Base de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e em livros com vistas a selecionar produções que versassem sobre mediação da informação. Utilizaram-se também produções concernentes à categoria analítica gênero, selecionando aquelas produzidas por pesquisadoras/es que abordam o conceito e suas definições, na interface com os marcadores sociais da diferença (Zamboni, 2014). Assim, os critérios utilizados para as buscas nas bases de dados BRAPCI e BENACIB foram, em geral, os estudos que versassem sobre gênero em articulação com a mediação da informação, com foco na atuação de profissionais da informação. Por fim, realizou-se uma análise qualitativa da literatura, com foco no referencial teórico (Pinto; Cavalcante, 2015), em especial para consubstanciar reflexões condizentes com os objetivos da pesquisa, com base em Oswaldo Almeida Júnior, Henriette Ferreira Gomes, Joan Scott e Giulia Crippa. Importante frisar que, em virtude dos limites do presente trabalho, não foram contempladas bases de dados internacionais, entretanto, em futuras pesquisas as mesmas serão inseridas de forma a ampliar o escopo da pesquisa.

3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O pesquisador Oswaldo Almeida Júnior tem empreendido pesquisas com vistas a solidificar a mediação da informação como fundamento da CI. Nessa perspectiva, fundamenta a mediação da informação como:

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

De acordo com a consagrada concepção acima, evidencia-se que a mediação da informação envolve a totalidade do fazer de profissionais dessa área, em distintas ambiências informacionais. Nesse rol de fazeres, são delineadas ações de mediação implícita, àquelas sem a presença física e imediata das/os usuárias/os, assim como ações de mediação explícita, em que a presença da pessoa usuária é imprescindível, mesmos nos casos em que a presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que a interferência da/o

profissional da informação não é demandada (Almeida Júnior, 2015). A primeira envolve as dinâmicas de classificação, indexação, seleção e escolha do acervo, dentre outras. A segunda abrange o serviço de referência, práticas pedagógicas de estímulo à cultura, à editais de informação sobre direitos das mulheres, por exemplo (Almeida Júnior, 2015; Santos Neto, 2023).

A mediação da informação apresenta como pilar o respeito às necessidades informacionais de pessoas usuárias e às experiências na interação que elas estabelecem nos processos de busca, de recuperação, de acesso e de apropriação da informação (Farias, 2018; Nunes, 2015). Deste modo, é importante trazer as considerações de Edmir Perrotti e Ivete Pieruccini (2007, p. 25) atinentes à apropriação da informação “[...] que não implica em ato imediato, mecânico ou de consumo. É, antes, um ato produtivo, envolvendo a mobilização de diferentes capacidades em movimentos de construção de sentidos.” Assim, a mediação da informação envolve transformações subjetivas e altera o repertório de conhecimentos dos sujeitos, ampliando a percepção e a atuação crítica das pessoas perante a realidade social marcada por desigualdades de poder (Gomes, 2024).

A partir desta vertente explicita-se a não neutralidade e passividade da/o mediador/a, quanto às técnicas, às escolhas - conscientes ou não -, aos ambientes informacionais, que não são parciais e apolíticos (Bortolin; Santos Neto, 2019). Nesse processo, destacam que as/os partícipes da ação mediadora, como leitoras/es na mediação da leitura, as pessoas usuárias nas bibliotecas, por meio da mediação cultural, ao se apropriarem da informação, dinamizam ações e movimentos de deslocamento no que tange à alteração de sentidos e à modificação de seus conhecimentos. O que pode (re)significar as concepções internalizadas, anteriormente, acerca de regimes de saber-poder (Foucault, 1990), instaurados socialmente, a exemplo das desigualdades de gênero. Nessa dinâmica, Henriette Gomes (2024) postula a importância da reflexão e a realização, por parte de profissionais da informação, da mediação consciente da informação, por meio das dimensões dialógica, ética, estética, formativa e política² para o alcance do protagonismo social. Nesse sentido, a mediação da informação estimula a promoção de sujeitos conscientes e comprometidos com a transformação dos regimes de saber-poder e com a produção de práticas de alteridade e resistência.

² As dimensões da informação são abordadas por Henriette Gomes em diferentes textos (Gomes, 2019; 2024).

4 O CONCEITO GÊNERO

As desigualdades de gênero atuam nas vivências das mulheres em diferentes espaços sociais. Por vezes, se manifestam, de forma sutil, refinada, mascaradas em piadas, expressões e “brincadeiras inocentes”. Não raro, apresentam-se por meio da violência física, de estupros, das torturas e do feminicídio. A título de contextualização, em 2023, uma mulher morreu, no Brasil, a cada seis horas. Nas delegacias de polícia, registra-se a ocorrência de um estupro de uma menina ou mulher a cada 8 minutos. Sete, em cada 10 feminicídios no Brasil, são de mulheres negras (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023). O Brasil se configura como o país que mais mata pessoas trans no mundo, em especial negras e pobres (Benevides, 2024). Conforme o *Parent in Science*³, 56,4% das mulheres já foram demitidas após a licença maternidade e as cientistas enfrentam desafios para participar da academia com equidade. Há que se destacar que, ao imbricar o racismo e o sexismo, enquanto sistemas opressores, as desigualdades são potencializadas e, quando se associa ao marcador social de classe, acentua-se a exclusão social (Davis, 2017). As pessoas usuárias que utilizam os ambientes informacionais estão inseridas em contextos sociais específicos. Para atender e acolher suas necessidades informacionais de maneira eficaz, é essencial considerar sua inserção cultural e social.

Os estudos de gênero podem interferir nesta dinâmica ao desafiar as estruturas opressoras que alicerçam as desigualdades de poder, evidenciadas nos dados apresentados. Configuram um campo de pesquisa múltiplo que teve origem na década de 1980, fortemente influenciado por um movimento de retroalimentação entre as formulações acadêmicas e a práxis dos movimentos feministas⁴. Gênero é uma categoria analítica estratégica para explicitar a construção sociocultural das relações de poder entre mulheres e homens, respeitando os diferentes contextos sócio-históricos. (Gomes; Côrtes, 2020). A concepção de equidade indica que as pessoas, independentemente do seu gênero, devem ter direitos iguais e tratadas de forma justa na sociedade, sendo reconhecidas suas especificidades e necessidades (Scott, 1995).

³ Disponível em: <https://www.parentinscience.com/sobre-o-parent-in-science>. Acesso em: 10 jun. 2024.

⁴ Tendo em vista os limites do presente trabalho, não é possível abordar o contexto histórico do conceito gênero e dos movimentos feministas em diferentes contextos. O trabalho de Joan Scott (1995) e de Ângela Davis (2017), dentre outras pesquisadoras citadas no ensaio, fornecem subsídios para tal aprofundamento.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

No Brasil, a categoria analítica gênero adquire visibilidade, na década de 1990, por meio de múltiplas correntes epistemológicas. Em consagrado artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Joan Scott (1995) apresenta a proposição de que gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma de significar as relações de poder. Os estudos de gênero, na academia e nos ativismos políticos, ampliaram perspectivas analíticas e práticas políticas sobre os sujeitos e as relações de poder entre os gêneros, subvertendo representações fixas e universais sobre as mulheres e os homens. As concepções essencialistas e legitimadoras de exclusão e da formação rígida de identidades (homem viril, agressivo, cerceados na expressão de emoções, em contraposição às representações de mulher dócil, frágil e naturalmente emotiva) são tensionadas ao se lançar luz aos mecanismos institucionais, simbólicos, culturais, informacionais, legitimadores das relações de poder de gênero na estrutura social. Assim, apresenta um olhar relacional e mais fluido sobre a duradora e incessante produção de masculinidades e feminilidades, nos diferentes cenários históricos, políticos e culturais.

Nessa seara, não é a estrutura biológica que fundamenta potencialidades e habilidades. Teresa de Lauretis (1994) e Gilda Olinto (1997) concordam com tais concepções, ao afirmar que gênero decorre de distintas tecnologias sociais, como discursos, representações, manifestações artísticas, epistemologias, práticas institucionalizadas e cotidianas. Assim, as relações de poder de gênero têm repercussões concretas e subjetivas na vida das pessoas. Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008) corroboram tal perspectiva, ao afirmar que o modelo hegemônico de masculinidade é reflexo da estrutura machista, que precisa ser subvertida e extinguida. Os autores postulam estudos de gênero sob a égide das masculinidades com vistas a descortinar a forma como os homens interiorizam, (re)produzem as relações de poder patriarcais que são reforçadas em diferentes instituições sociais. “[...] investigar sobre masculinidades significa não apenas apreender e analisar os signos e significados culturais disponíveis sobre o masculino, mas também discutir preconceitos e repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos” (Medrado; Lira, 2008, p. 825-826). Os padrões, concepções e símbolos que atravessam os indivíduos e as instituições são envoltos em relações de poder, em sociedades estruturadas por relações patriarcais de gênero. Nesses contextos, os regimes de verdade têm como base o poder masculino e a exclusão das mulheres. Conforme Michael Foucault (1990, p. 12), cada sociedade possui seu regime de verdade “[...] as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a

obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.

Nessa perspectiva, coadunada por Teresa de Laurentis (1994), Patrícia Espírito Santo (2008), Giulia Crippa (2011), Oyèrónké Oyèwùmí (2020), Henriette Gomes e Gisele Côrtes (2020), Luciane Cavalcante (2022), Gisele Côrtes e Aurekelly Silva (2024), a vida, a sexualidade e o corpo das mulheres foram (são), em variados contextos econômicos, políticos e culturais, controlados e regulados pelas políticas de Estado e pelos interesses das classes dominantes, por meio de narrativas e estratégias tidas como regimes de verdade. Natalia Cardona (2020) complementa que o capitalismo eurocêntrico colonial/moderno, produzido nas dinâmicas da colonização ocidental, impôs diferenças e hierarquias de gênero e raça, envolvendo a subordinação das mulheres em variados contextos e esferas da vida social. Oyeronke Oyewumi (2020, p. 123) enuncia que “O surgimento da mulher como uma categoria reconhecível, definida anatomicamente e subordinada ao homem em todo o tipo de situação, é resultado, em parte, da imposição de um estado colonial patriarcal”. As autoras citadas e a perspectiva da autoria deste trabalho coadunam com os estudos de gênero, mas problematizam teorias e ativismos feministas, delineados no século XX, que analisaram (analisam) a situação das mulheres, sem a imprescindível compreensão dos marcadores sociais gênero, classe social e heterossexualidade compulsória como racializados. Essa perspectiva orienta pesquisas e análises da realidade, tendo como modelo universal a mulher branca, burguesa, frágil e pura, com atividades limitadas ao espaço privado.

Perspectivas epistêmicas críticas, formuladas por feministas negras, latinas, mestiças, indígenas e lésbicas, nas concepções pós-coloniais, enunciam que, nas dinâmicas do capitalismo eurocêntrico global, as mulheres, em especial, indígenas, negras, latino-americanas, foram e, ainda são, no imaginário social, vistas e tratadas como seres inferiores, servas e hipersexualizadas (Silva; Aquino, 2013; Silva; Garcez; Pizarro, 2022). Tais concepções persistem de forma intensa no imaginário social da sociedade brasileira desde a escravização. Uma icônica composição⁵, interpretada pela potente cantora Elza Soares, sintetiza, por meio da arte, a cruel realidade das mulheres negras no Brasil: “a carne mais barata do mercado é a carne negra”.

⁵ Música composta por Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Cappellele.

Assim, é mister abordar o conceito de gênero, seus processos culturais, simbólicos e informacionais, na perspectiva da imbricação dos marcadores sociais da diferença, de classe social, raça, sexualidade, localidade, deficiência, dentre outros, indicadores de sistemas classificatórios que organizam as experiências, os acessos diferenciados com a identificação dos indivíduos em determinadas categorias sociais (Zamboni, 2014). Assume-se a posição da necessidade do diálogo do conceito gênero na perspectiva interseccional, para o reconhecimento da sobreposição de opressões nas ações de mediação da informação. O conceito de interseccionalidade foi sistematizado por Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

O reconhecimento do respeito, do cuidado e do acolhimento com as demandas de pessoas usuárias, nos espaços informacionais, envolve a necessidade das/os profissionais da informação articularem a dimensão de gênero com os marcadores sociais de raça, classe social, localidade, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, faixa etária, entre outros aspectos, nas ações de mediação.

5 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E GÊNERO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

Para o alcance de uma sociedade mais justa e igualitária sob a perspectiva de gênero, torna-se necessário alterar a estrutura patriarcal. Para tal, o acesso e a apropriação da informação são imprescindíveis para que as/os agentes sociais possam entrar em contato com conteúdos, concepções, saberes e conhecimentos tensionadores da lógica patriarcal. Respeitando os diferentes contextos sócio-históricos, tal lógica reserva às mulheres situação de inferioridade e confere aos homens poderes e privilégios. Assim, a mediação da informação, a mediação da leitura, a mediação cultural, dentre outras ações de interferência, mediadas conscientemente, podem ser caminhos profícuos para mudança de mentalidades e enfrentamento às desigualdades sociais, regidas pelo sexismo, racismo, opressão de classe, capacitismo, dentre outros eixos de opressão.

Nessa linha teórica, Henriette Gomes (2019) defende a informação na perspectiva social, reforçando o compromisso da mediação da informação com o alcance do protagonismo

social, que representa uma ação de resistência contra a opressão, a discriminação, o desrespeito e a negação ao diferente, por esta razão, "[...] não se pode falar em protagonismo, omitindo-se que este ao mesmo que resulta da ação mediadora também a impulsiona e, por conseguinte, também reflete na dimensão política desta ação [...]" (Gomes, 2019, p. 11). Assim, os diálogos entre mediação da informação e gênero são necessários para criar/fortalecer abordagens informacionais que contemplem as experiências das mulheres e sua interação com a informação, que estimulem a construção de masculinidades não violentas e visibilizem ações, já elaboradas na CI, no campo da resistência para o enfrentamento de opressões.

Hugo Pires e Lígia Dumont (2016) enunciam que, na história da profissão, as construções essencialistas de gênero consideravam que a fisiologia feminina dotava as bibliotecárias com características facilitadoras para desempenhar a profissão: seres obedientes, dispostas "naturalmente" a aceitar a autoridade e a hierarquia dos homens. Beatriz Sousa (2014), em entrevistas realizadas com bibliotecários, constatou que os homens são mais propensos a atuar com práticas associadas à informática, armazenamento de dados, ou seja, áreas mais valorizadas. Maria Ferreira (2010) e Hugo Pires e Ligia Dumond (2022) expressam que as profissões com a presença majoritária de mulheres, como a Biblioteconomia, possuem menor valor e prestígio do que aquelas em que a presença dos homens é maior. Isadora Escalante, Patrícia Mallmann e Luciano Coutinho (2021, p. 10) afirmam que "O estereótipo de gênero não só existe, como persiste e permeia a vida das mulheres bibliotecárias, mesmo das que ocupam cargos de chefia, embora nem sempre percebido por elas". Raquel Pret (2020), em sua discussão sobre gênero na Arquivologia brasileira, destaca a escassez de estudos nesta direção e argumenta como as violências de gênero são refletidas neste campo do conhecimento.

Na presente pesquisa, defende-se a perspectiva de que é fundamental a mediação da informação para evidenciar as resistências protagonizadas por bibliotecárias, arquivistas, museólogas, cientistas da informação, ao longo da história, ao se inserirem e construírem os campos do conhecimento. Partindo da perspectiva da intencionalidade, Henriette Gomes (2024) e Raquel Santos, Ana Claudia de Sousa e Oswaldo Almeida Júnior (2021) propõem a mediação consciente para a garantia da apropriação da informação. Assim, a pessoa que realiza a mediação deve imbuir-se do compromisso de problematizar suas ações de interferência, ou seja, toda a dinâmica de relação entre as/os usuárias/os e a informação,

incluindo o contexto em que as pessoas estão inseridas e as especificidades no processo de apropriação da informação. Nesta dinâmica, as pessoas mediadoras também são transformadas e impactadas pelas trocas, alteração de sentidos e compartilhamentos, podendo potencializar suas práticas acolhedoras e engajadas.

No campo informacional, estudos na interface com a categoria gênero tem sido delineados, em especial a partir dos anos 2010. Em recente dissertação sobre gênero na CI, com base na produção científica do (ENANCIB), de 1994 a 2019, Maria Cristiana Luciano (2021) fornece um panorama das pesquisas. Em um universo de 4508 trabalhos, localizou-se 58 pesquisas nos 11 Grupos de Trabalho (GT), correspondendo apenas 1% de trabalhos completos, resumos/posters. Verificou-se a autoria majoritariamente feminina, 75% produzidos por mulheres. Ressalta-se que no GT3 Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, foi apresentada a primeira produção “Gênero, capital cultural e desempenho escolar”, de autoria da Dra. Gilda Olinto, em 1995. Em 2007, o segundo trabalho foi produzido, no GT, pelas pesquisadoras Lígia Maria Moreira Dumont e Patrícia Espírito Santo, intitulado *A busca de informação pela mulher em jornais impressos*.

Outros estudos, na vertente da mediação, explicitam como a ação de interferência dialógica, relacional e posicionada promove o protagonismo social, mas diante dos limites do presente trabalho e do seu objetivo, não é possível descrever todas as produções e autorias. Reitera-se que as pesquisas elaboradas no âmbito da mediação produzem enriquecedoras reflexões, mas não apresentam discussões teóricas com a interface mediação da informação e gênero, na perspectiva da presente proposta. Por fim, é imperioso destacar o estudo "*O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação*", de autoria da Dra. Giulia Crippa. Na obra, a autora desmistifica a ideológica neutralidade das instituições ligadas à produção dos conhecimentos, que se autodeclaram neutras, entretanto, são: “[...] produtoras de saberes ditos universais, mas, como é notório, na realidade se estruturam, historicamente, com base em um simbólico masculino (Crippa, 2011, p. 773). A pesquisadora enuncia a necessidade de lançar luz às ações de práticas de circulação e apropriação da informação, tendo como base a subjetividade e os saberes das mulheres usuárias. Além disso, defende a possibilidade de uma mediação de gênero, como projeto para erradicar o silenciamento das mulheres em sua relação com a informação e com a produção do conhecimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar uma discussão teórica a respeito da mediação da informação na interface com o conceito gênero. Postula-se que o objetivo foi alcançado ao evidenciar que as instituições sociais, as ambiências informacionais e os indivíduos, pessoas usuárias e profissionais da informação, se constituem e são constituídas pelas relações de gênero. A discussão, com base na literatura científica, apresenta as contribuições que a inclusão da categoria gênero no campo da mediação da informação dinamizam, no sentido de transformar concepções essencialistas pautadas na legitimação das hierarquias de gênero. Explicitou-se que as ações de interferência, sob o prisma sociocultural de gênero na intersecção com outros marcadores sociais, realizadas por profissionais da informação nas ambiências informacionais, podem promover a geração de conflitos no que tange às perspectivas binárias e lineares sobre as expressões das feminilidades e masculinidades, contribuindo no escopo dos estudos de gênero.

Nesse sentido, por meio do acesso, da circulação e da apropriação da informação, favorece-se a geração de conhecimentos para o avanço da equidade de gênero, do empoderamento feminino e para o estímulo a modelos de masculinidades não violentas. Além disso, reforça-se a potência da mediação da informação como práxis de resistência à opressão de gênero e à necessidade de pautar as vertentes teóricas da mediação da informação e de gênero em discussões no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação de arquivistas, pessoas bibliotecárias, museólogas e cientistas da informação para que se apropriem de informações e dinamizem práxis emancipatórias em suas atividades profissionais e de pesquisa. Deste modo, considera-se que o arcabouço epistemológico e prático da mediação da informação, construído no campo da CI, é um campo fértil para potencializar os estudos de gênero e vice-versa.

Finaliza-se este trabalho ciente de que a discussão estabeleceu reflexões iniciais que necessitam ser aprofundadas no escopo epistemológico das pesquisas e das práticas em mediação da informação. Logo, por meio de diálogos, compartilhamentos e amadurecimento teórico, busca-se desenvolver novas pesquisas nessa direção e lançam-se os seguintes questionamentos: Podemos pensar e sistematizar o conceito mediação de gênero interseccional? Quais subsídios podemos elaborar para potencializar ações de profissionais da informação nas diferentes ambiências informacionais? Que concepções sobre mulheres e

homens orientam as pesquisas e as ações mediadoras em arquivos, bibliotecas e museus e em outros ambientes informacionais? Como visibilizar as pesquisas produzidas na frutífera área da mediação da informação no campo dos estudos de gênero? Tais respostas exigem debates colaborativos e pesquisas futuras no âmbito de perspectivas contemporâneas na Ciência da Informação para que as diferenças não sejam convertidas em desigualdades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da. (org.).

Mediação oral da informação e da leitura. Londrina: ABECIN, 2015. 278 p.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. **São Paulo**: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN: 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/57>. Acesso em: 20 maio 2024.

BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação no campo da Arquivologia. **Transinformação**, Campinas, v. 31, 2019.

CARDONA, Natalia Duque. ¿Ciencia de la información para qué y para quién? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia de la Información en el contexto universitario. *In*: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (orgs.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. 206 p.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. A violência contra a mulher sob o olhar da mediação cultural da informação: análise da exposição "Retratos Relatos". **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, n. 2, p. 1-19, 2022.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; SILVA, Aurekelly Rodrigues da. Feminismo Negro, Interseccionalidade e Mediação da Informação. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 242-268, 21 jan. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.

CRIPPA, Giulia. "O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. *In*: XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO - ENANCIB, 9., 2011, Brasília. **Anais** [...] Brasília-DF, 2011.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

ESCALANTE, Isadora; MALLMANN, Patrícia; COUTINHO, Luciano. O impacto do estereótipo de gênero sobre a mulher bibliotecária do século XXI no Brasil. *REBECIN*, São Paulo, v. 8, edição especial, p. 01-12, 2021.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p.317-332, jan. 2008.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Relato de experiência no campo de pesquisa: análise do planejamento e aplicação de uma ação informacional. **Convergência em Ciência da Informação**, v. 1 n. 1, n. 1, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Maria Mary. Profissões femininas e profissões masculinas: o que é ser bibliotecário no universo de uma profissão “feminina”? *In*: Encontro Latinoamericano de Bibliotecarios, Archivistas y Museólogos - EBAM, 2., 2010, Lima. **Anais [...]** Lima, 2010.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 9. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1990.

GOMES, Henriette Ferreira. O comum, a mediação da informação e o protagonismo social: interdependências para um mundo de preservação, igualdade e fraternidade. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 226-241, 21 jan. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 2, p. 10–21, 2019.

GOMES, Henriette Ferreira; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Mediação consciente da informação e protagonismo social das mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas. *In*: ALVES, Edvaldo Carvalho et al. (org.). **Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 122-201.

LAURENTIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LUCIANO, Maria Cristiana Félix. **Protagonismo social das mulheres na produção científica dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (1994-2019)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-8, 1995.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

MEDRADO, Benedito; LIRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 809–840, set. 2008.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **Mediação da informação em bibliotecas universitárias brasileiras e francesas**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

OLINTO, Gilda. Biblioteconomia e profissões femininas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO - CBBB, 18., 1997, São Luís-MA. **Anais [...]**. São Luís: CBBB, 1997.

OYĔWÙMÍ, Oyèrónké. Conceitualizando o gênero: os fundamentos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (orgs.). **Informação e Contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 47-98.

PINHEIRO, Caroline Corrêa; INOMATA, Danielly Oliveira. O feminismo na produção científica da ciência da informação: análise de teses e dissertações. *In*: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência Da Informação - ENANCIB. 22., 2022. Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre, 2023.

PINTO, Virginia Bentes; CAVALCANTE; Lidia Eugenia. Pesquisa bibliográfica e documental: o fazer científico em construção. *In*: PINTO, Virginia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. (orgs.). **Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015. p. 15-34.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso; DUMONT, Lígia Maria Moreira. Relações de gênero e a profissão bibliotecária no Brasil. **Cadernos BAD**, Portugal, n. 1, 2016.

PRET, Raquel Luise. O pioneirismo da mulher na arquivologia brasileira. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1., 2020, São Paulo, SP. **Anais [...]**. São Paulo: SIA, 2020.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação implícita da informação e os marcadores sociais da diferença: protagonismo e aspectos éticos na Organização e Representação da Informação e do Conhecimento. **Folha de Rosto**, v. 9, n. 2, p. 269-297, 22 jan. 2023.

SANTOS, Raquel do Rosário; SOUZA, Ana Claudia Medeiros de; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Os valores pragmático, afetivo e simbólico no processo de mediação consciente da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 343-362, jan./mar., 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./ dez. 1995.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

SILVA, Fernando Santos da; NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lidia Eugênia. O conceito de mediação na Ciência da Informação brasileira: uma análise a partir da BRAPCI. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2018.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; PIZARRO, Daniella Câmara. Cartografias da supremacia racial e da branquitude na biblioteconomia e ciência da informação. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 22., 2022. Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre, 2022.

SILVA, Leyde Klébia Rodrigues da; AQUINO, Mirian Aquino. Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da paraíba. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 8, n. 1, 2013.

SOUSA, Beatriz Alves de. **O gênero na Biblioteconomia: percepção de bibliotecárias/os**. 2014. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap 2024**: Insight Report. 2024. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2024.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

ZAMBONI, Márcio. Marcadores Sociais da Diferença. **Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)**, São Paulo, v. 1, p. 14-18, 01 ago. 2014.